



ENCONTRO NACIONAL *“Desenvolvimento Local em Portugal - abordagens, atores e resultados”*

O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ÂMBITO DO QUADRO ESTRATÉGICO COMUM

Dina Ferreira
Vogal do Conselho Diretivo
Instituto Financeiro Desenvolvimento Regional, IP

10 maio 2013
Lisboa

Agenda

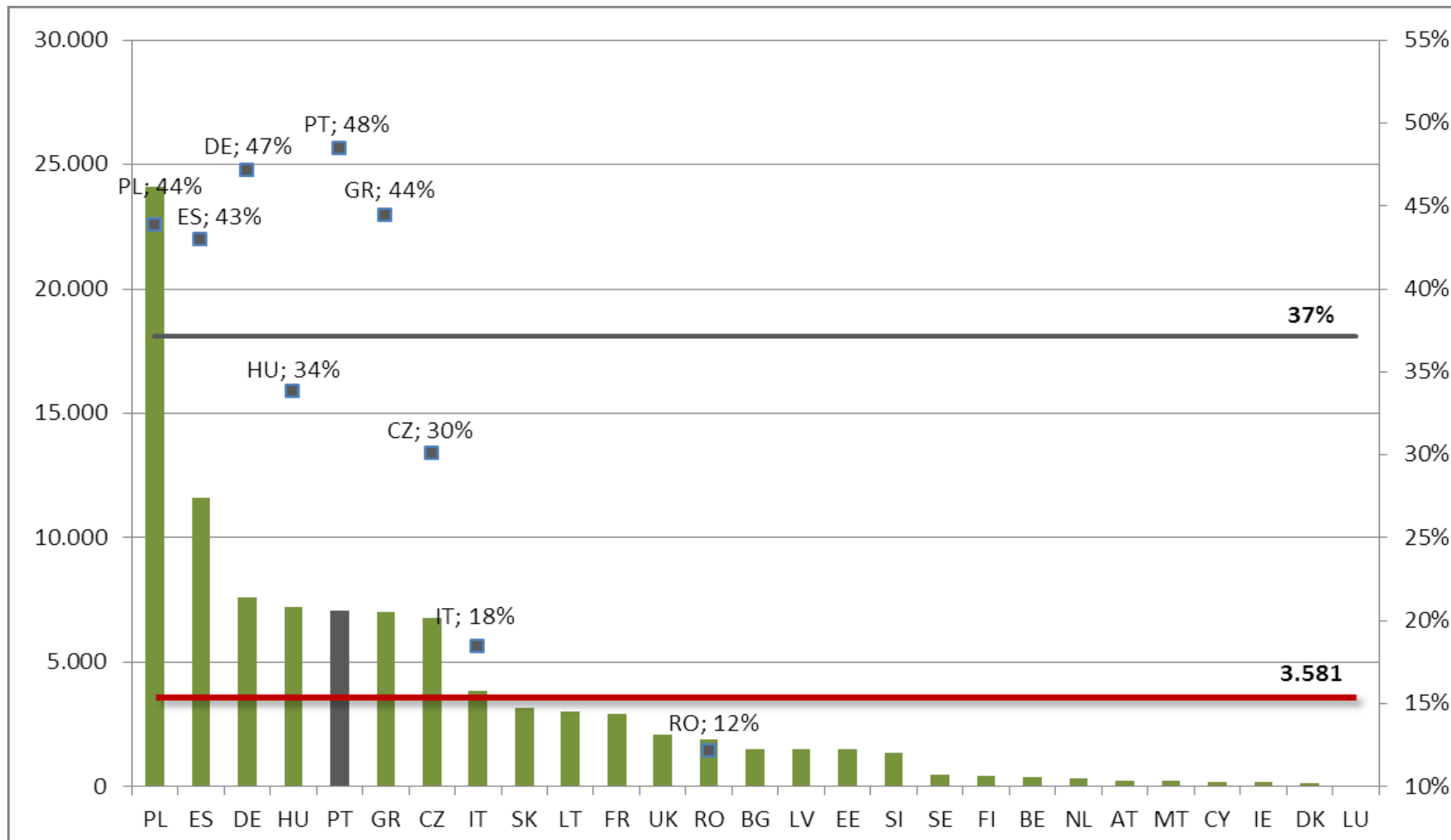
LISBOA CENTRO ISMAILI 9 E 10 DE MAIO

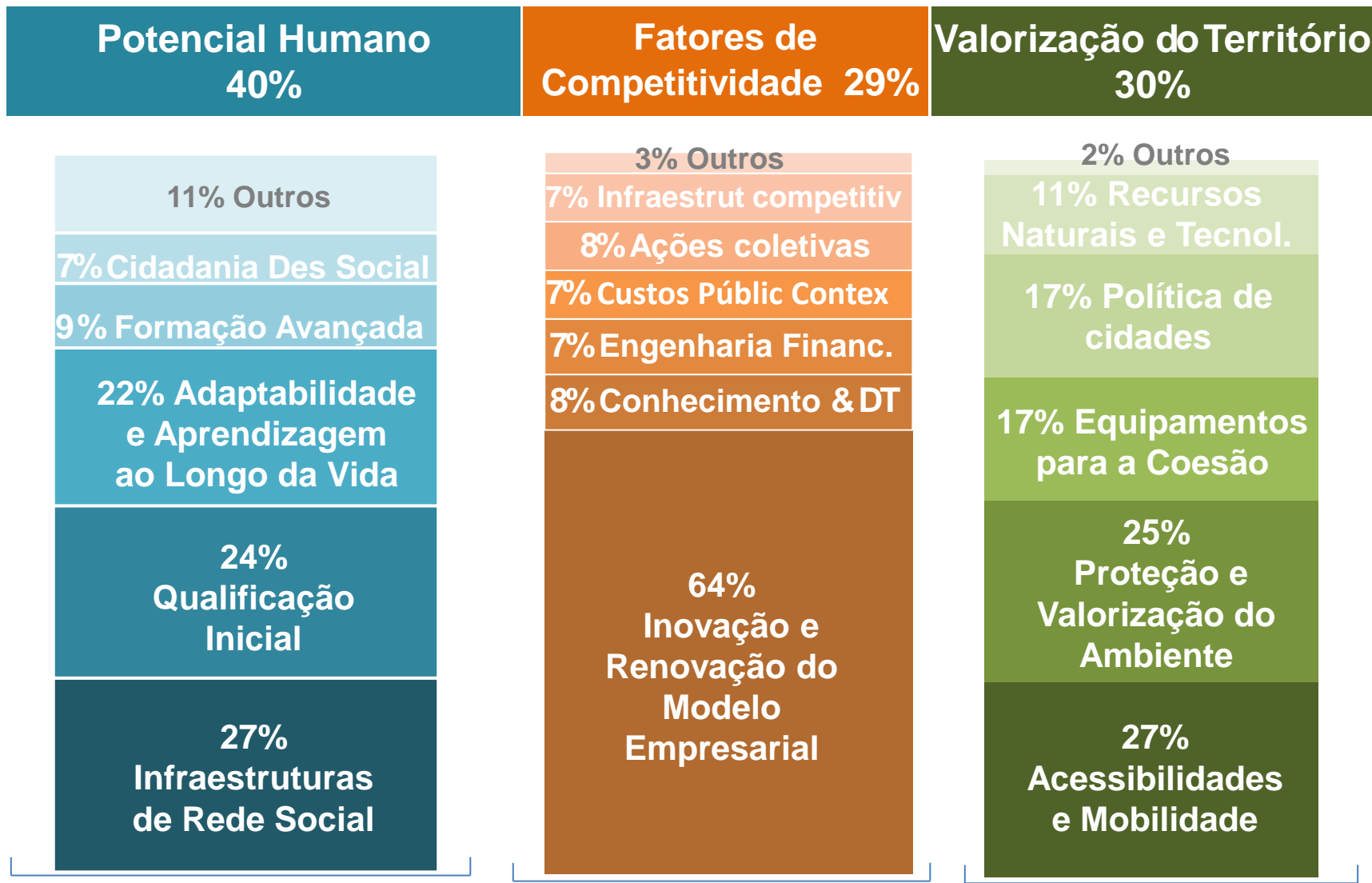


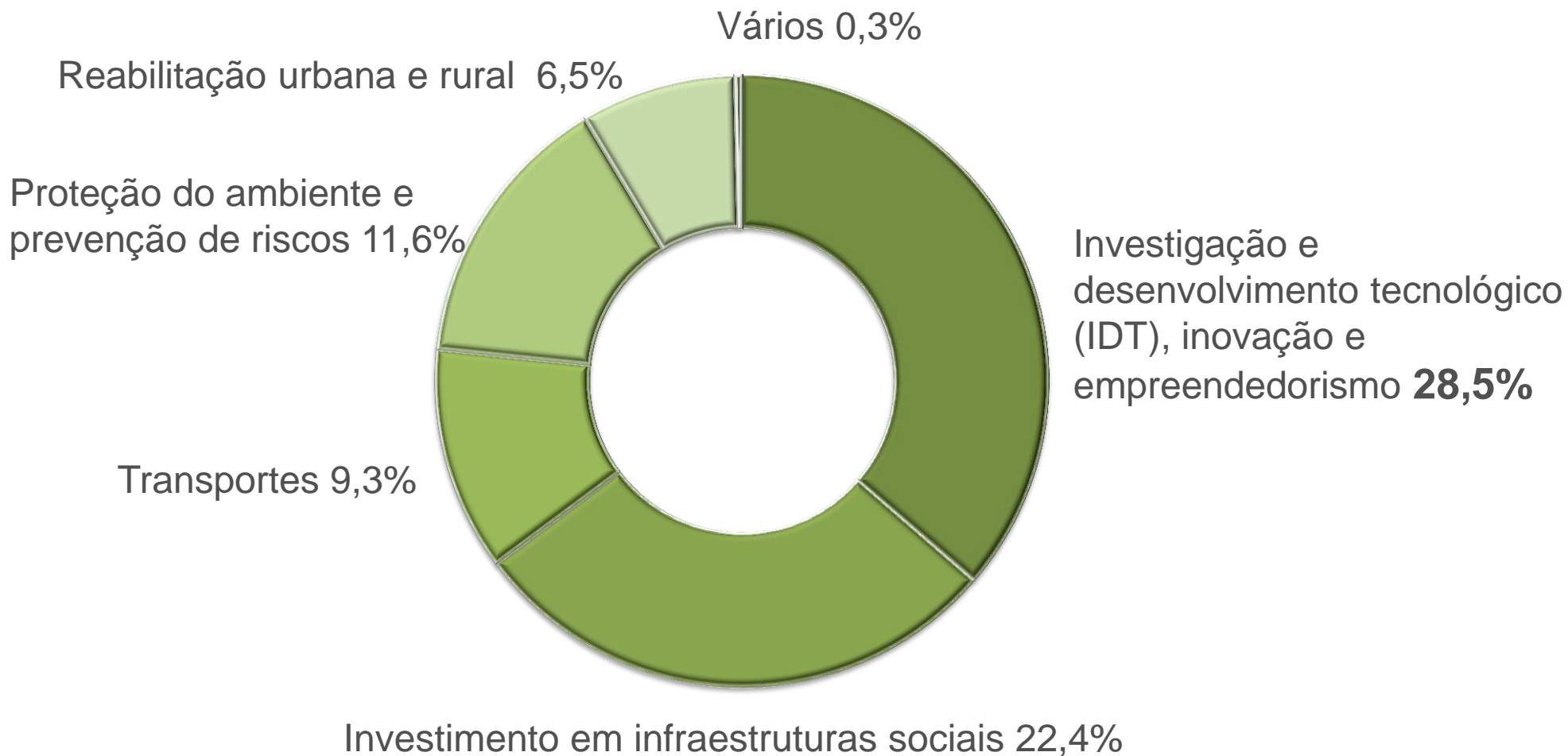
**ENCONTRO NACIONAL
DESENVOLVIMENTO
LOCAL EM PORTUGAL**
ABORDAGENS, ACTORES E RESULTADOS

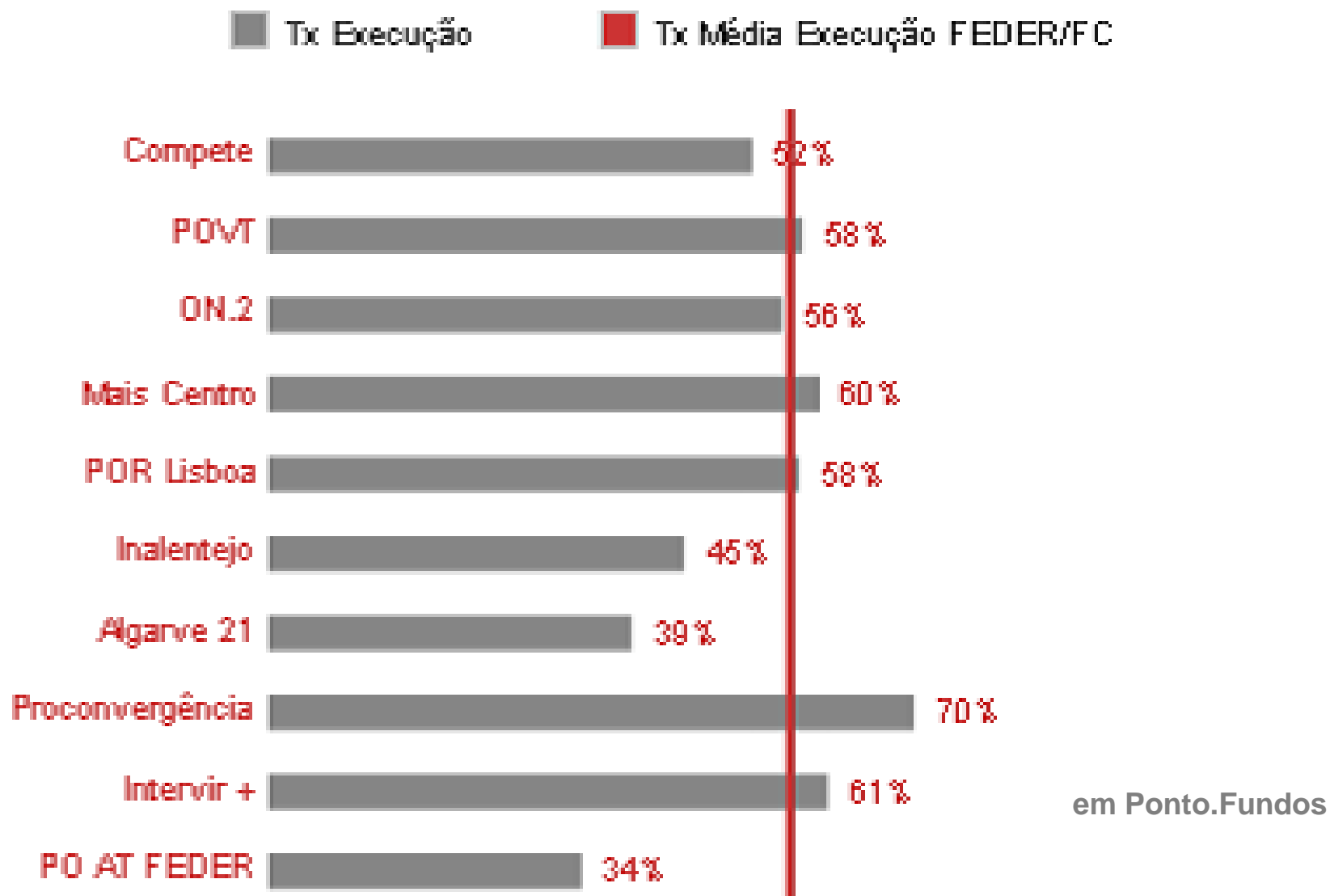
- **O QREN – “lições” de experiência**
- **Contexto macro-económico**
- **Novos contornos da Política de Coesão e as grandes Opções nacionais**

Posição relativa de Portugal na UE execução FEDER/FC





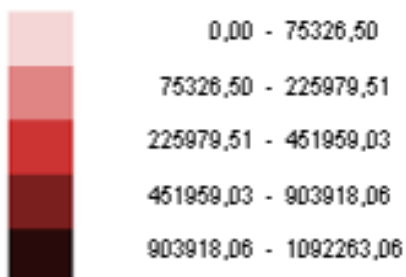




⇩ FEDER/FC NO TERRITÓRIO

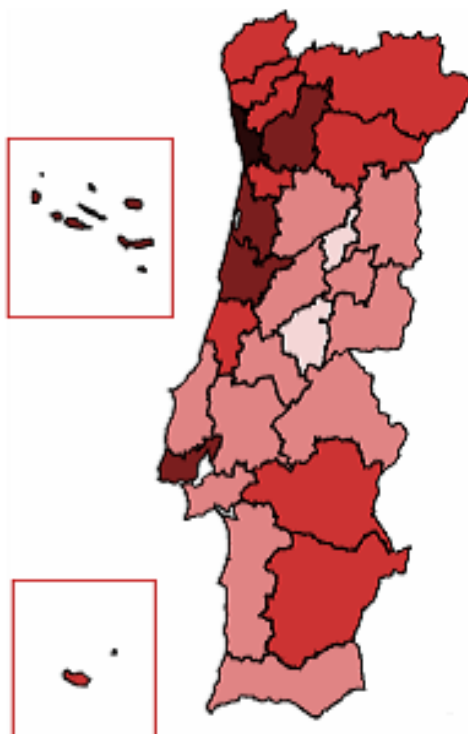
- ⇩ **Montantes:** ⇩ **Por:**
 Aprovados População
 Executados km2
 Valor absoluto

Milhares de euros de Despesa Pública



Multiregional Convergência 46.518

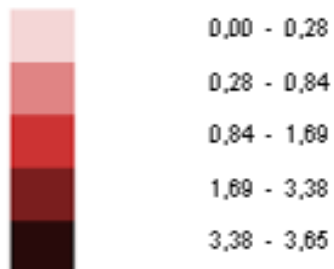
Não regionalizável 642.086



⇩ FEDER/FC NO TERRITÓRIO

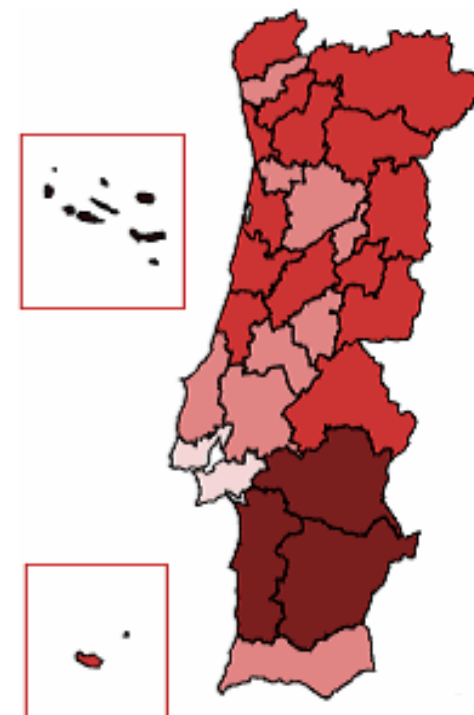
- ⇩ **Montantes:** ⇩ **Por:**
 Aprovados População
 Executados km2
 Valor absoluto

Milhares de euros de Despesa Pública



Multiregional Convergência 46.518

Não regionalizável 642.086



em Ponto.Fundos

6.891 Km de saneamento básico construído, dos quais 654 km já se encontram concluídos

571 Intervenções no âmbito da prevenção, gestão e monitorização de riscos, dos quais 76 já se encontram concluídas

Os projetos de prevenção de riscos abrangem três tipologias:
a prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos,
o combate à erosão
e defesa do litoral e a recuperação do passivo ambiental.

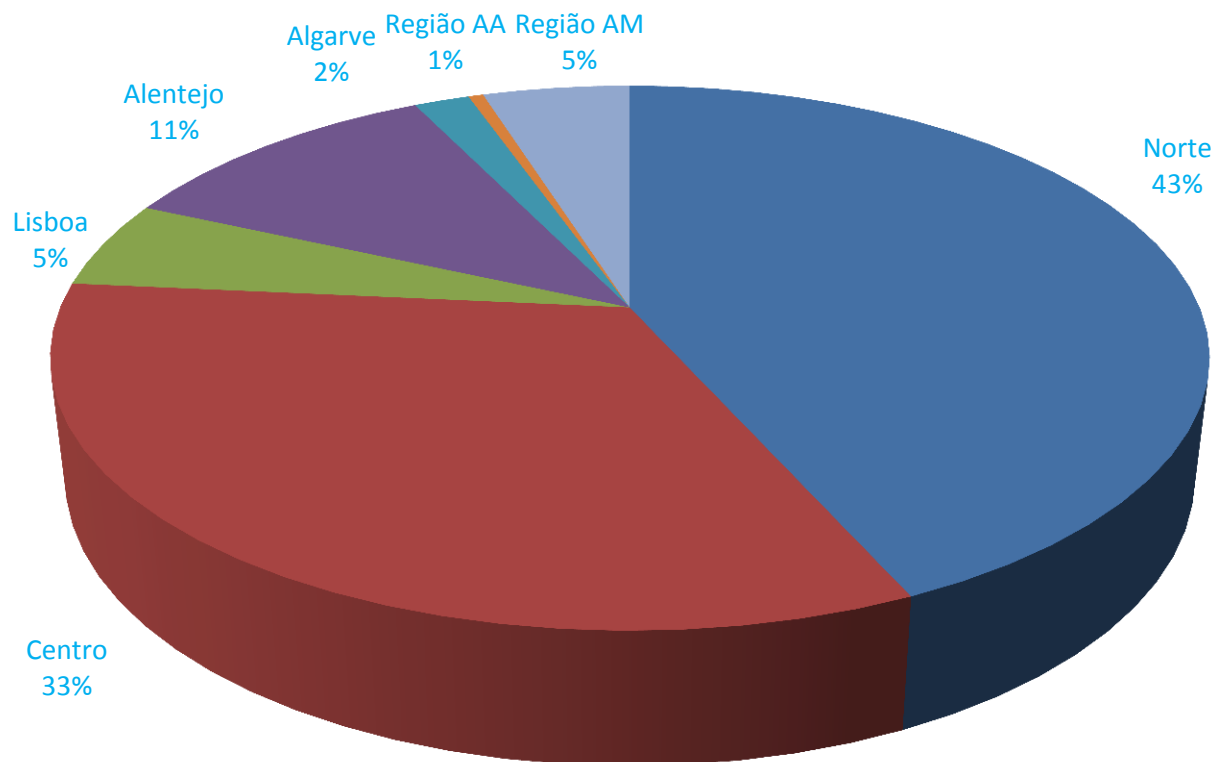


QREN Ponto de situação a 31.03.2013

| | nº Operações | Investimento Total Aprovado | Fundo Aprovado | Investimento Total Executado | Fundo Executado |
|---------------------------------|-----------------|--------------------------------|----------------|---------------------------------|-----------------|
| Total | 21 460 | 25.551.116 | 14.269.778 | 12.446.730 | 8.192.277 |
| Iniciativa Municipal | 4 309 | 4.605.521 | 3.258.811 | 2.575.884 | 2.100.351 |
| Outros | 17 151 | 20.945.595 | 11.010.967 | 9.870.846 | 6.091.926 |

QREN Ponto de situação a 31.03.2013

Projetos de Iniciativa Municipal por região

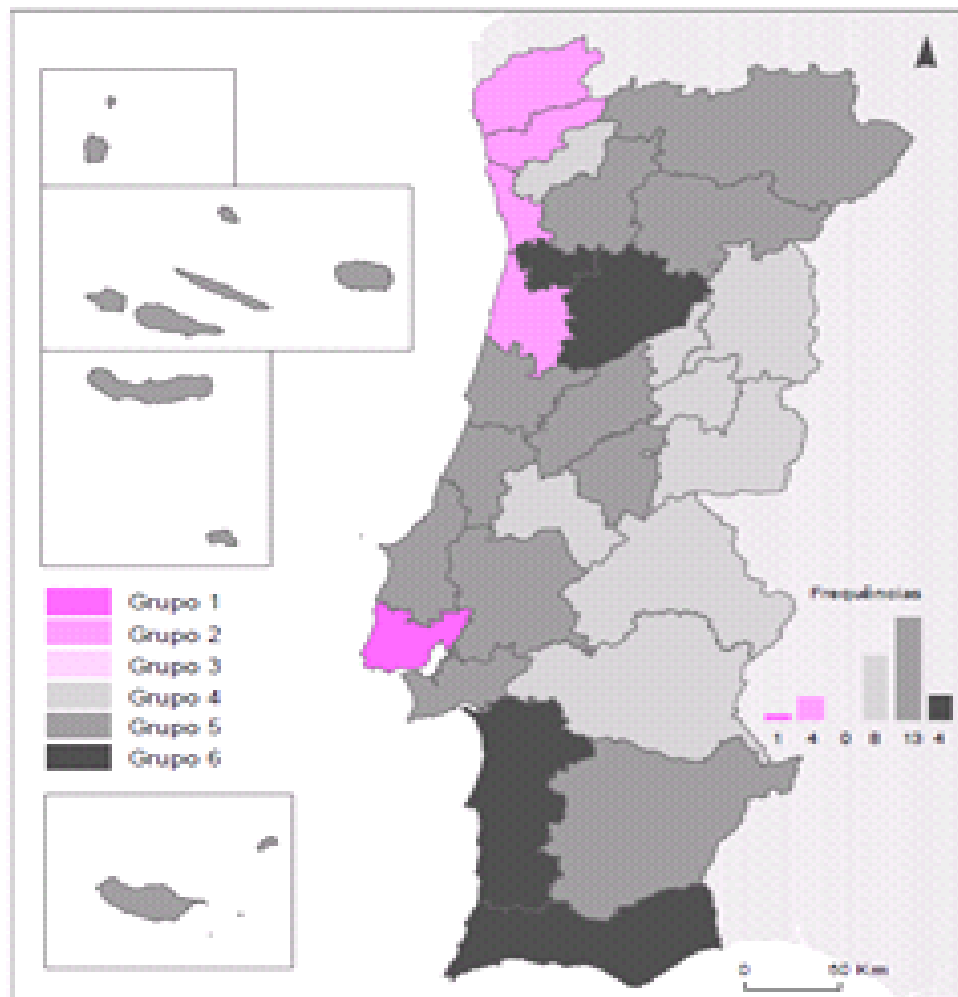


Contexto económico

- ✓ A preparação do próximo ciclo de programação estrutural faz-se num quadro de relevantes ameaças, riscos e incertezas sobre o desempenho da economia portuguesa.
- ✓ Próximo ciclo de programação estrutural comporta grande relevância como determinante instrumento de suporte ao investimento competitivo, promoção do crescimento económico e de saída da crise.

Índice sintético de desenvolvimento regional e índices parciais de competitividade, de coesão e de qualidade ambiental: situação face à média nacional (Portugal = 100), NUTS III, 2010

| | ISDR > 100 | ISDR < 100 | |
|---------------------------------------|-----------------------------|---|--|
| COMP > 100 COES > 100 AMB > 100 | Grande Lisboa | | |
| COMP > 100 COES > 100 AMB < 100 | Baixo Vouga Grande Porto | | |
| COMP > 100 COES < 100 AMB > 100 | | Ave | |
| COMP < 100 COES > 100 AMB > 100 | Cávado Hinho-Lima | Alentejo Central Alto Alentejo Beira L. Norte Beira L. Sul | Cova da Beira Médio Tejo S. da Estrela |
| COMP > 100 COES < 100 AMB < 100 | | | |
| COMP < 100 COES > 100 AMB < 100 | | Baixo Mondego Lezíria do Tejo | Oeste P. de Setúbal Pinhal Litoral |
| COMP < 100 COES < 100 AMB > 100 | | Alto T. Montes Baixo Alentejo Douro Pinhal L. Norte | Pinhal L. Sul R. A. Açores R. A. Madeira Tâmega |
| COMP < 100 COES < 100 AMB < 100 | | Alentejo Litoral Algarve Dão-Lafões Entre D. Vouga | |



Nota: O acrónimo ISDR refere-se ao Índice sintético de desenvolvimento regional, o COMP ao Índice de competitividade, o COES ao Índice de coesão e o AMB ao Índice de qualidade ambiental.

Evolução recente

- A economia portuguesa encontra-se "a meio" de uma transição relativamente longa para um novo paradigma competitivo - não foi ainda conseguida a transição de “país da coesão” para “país da competitividade”
- A primeira década do século XXI ficou marcada, por um crescimento económico muito reduzido que se associou a uma situação insustentável de duplo défice (défice público e défice externo)
- A economia portuguesa, está confrontada com uma crise económica e social de dimensões muito profundas (crise de emprego e crise de investimento).

Conclusões

- O relançamento de uma trajetória de convergência efetiva da economia nacional e das suas regiões, só será possível, com uma nova visão sobre as relações entre coesão e competitividade.
- A produção de um novo equilíbrio entre uma agenda temática e várias agendas estratégicas territoriais diferenciadas é determinante

Conclusões (cont.)

- Valorização de agendas territoriais onde a promoção da competitividade se articula com os objetivos de coesão social e de sustentabilidade para garantir a convergência, e em que se evite a multiplicação de iniciativas locais indiferenciadas com insuficiente massa crítica e clara propensão para a duplicação concorrencial de recursos.

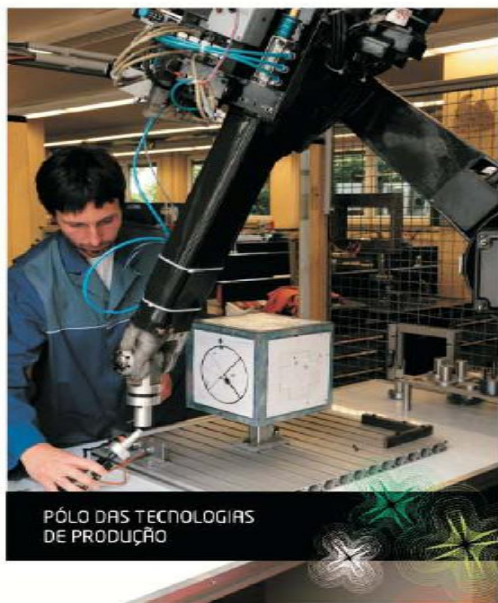
- A produção de uma nova orientação prioritária dos instrumentos de política para os processos competitivos, centrada nos resultados, no desempenho nos mercados de bens e serviços transacionáveis.

Conclusões (cont.)

- A valorização das empresas como protagonistas dos processos de melhoria da produtividade e da competitividade com consequências significativas, no aumento dos recursos disponibilizados para as iniciativas e ações com envolvimento direto das empresas.
- A adoção de uma perspetiva global da sustentabilidade
- A superação de formas de programação demasiado genéricas através de formulações mais concretas, precisas e focalizadas.

As lições da experiência – condições-chave para uma aplicação mais eficaz dos fundos comunitários

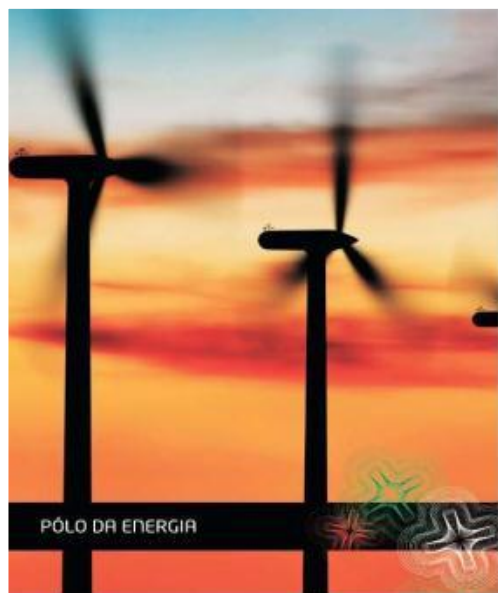
- ✓ Coerência e continuidade nos objetivos estratégicos de médio prazo e compromisso político na concentração nas prioridades definidas;
- ✓ Escrutínio rigoroso sobre a fundamentação das intervenções financiadas e avaliação de resultados;
- ✓ Valorização de estratégias integradas na resposta a problemas multidimensionais;
- ✓ Flexibilidade da programação operacional face à evolução da conjuntura económica e social;
- ✓ Equilíbrio entre desburocratização/simplificação com garantia de segurança e transparência na gestão de recursos públicos.



PÓLO DAS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO

Internacionalizar a cadeia nacional das tecnologias de produção, apostar na inovação, na IEDT e na diferenciação, são objectivos centrais deste Polo.

Cooperativa para o Mar - Algarve
 Associação de Indústrias e Serviços do Algarve



PÓLO DA ENERGIA

Procurar a riqueza no vento e no mar, potenciando a IEDT e a inovação de tecnologias foto-volíticas, de energia offshore e eólica, a promoção da eficiência energética e da mobilidade sustentável, fazem parte da missão deste Polo.

Cooperativa para o Mar - Algarve
 Associação de Indústrias e Serviços do Algarve



Novos contornos da Política de Coesão e as grandes Opções nacionais

C
R
E
S
C
I
M
E
N
T
O

INTELIGENTE

- Investigação e inovação
- Tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
- Competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME)

SUSTENTÁVEL

- Transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono
- Gestão e prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas
- Protecção do ambiente e eficiência na utilização dos recursos
- Transporte sustentável e remoção de pontos de estrangulamento nas principais infra-estruturas da rede

INCLUSIVO

- Emprego e apoio à mobilidade laboral
- Inclusão social e combate à pobreza
- Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida
- Reforço da capacidade institucional e administrações públicas eficientes

Metas de Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020 e situação em 2011

(1) - Dado provisório, com base na versão preliminar do inventário de emissões 2013.

| OBJETIVO | INDICADORES | META PT 2020 | 2011 |
|--|---|--------------|----------|
| Reforço da I&D e da Inovação | Investimento: % do PIB | 2,7%-3,3% | 1,5% |
| Clima / Energia | Emissões de Gases de Efeito de Estufa (variação % face a 2005 em emissões não CELE) | +1,0% | -8% (1) |
| | % Energias renováveis no consumo de energia final | 31,0% | 27,3% |
| | Eficiência Energética (ganho % no consumo de energia primária face a 2005) | 20,0% | 16,5% |
| Aumentar o Emprego | Taxa de emprego (população 20-64 anos) | 75,0% | 69,1% |
| Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais | Pessoas em risco pobreza/exclusão social (variação face a 2008) | - 200 mil | -156 mil |

Grandes desafios estruturais

- Competitividade da economia
- Emprego, recursos humanos e coesão social
- Ambiente e infraestruturas

Significativa focalização e coordenação dos apoios públicos

Prioridades da RCM

Estímulo à produção de serviços transacionáveis e à internacionalização da economia

Objetivos temáticos do QEE

Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

Aumentar a acessibilidade, a utilização e a qualidade das TIC

Reforçar a competitividade das PME

Fomentar transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede

Prioridades da RCM

Reforço do investimento na educação, incluindo a formação avançada, e na formação profissional

Reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social

Objetivos temáticos do QEE

Investir na educação, competências e aprendizagem ao longo da vida

Promover o emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

Promover a inclusão social e combater a pobreza

Prioridades da RCM

Prossecução dos instrumentos de promoção da coesão e competitividade territoriais

Apoio ao programa de reforma do Estado

Objetivos temáticos do Quadro Estratégico Europeu

Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores

Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos

Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos

Aumentar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública

prioridade aos apoios reembolsáveis a entidades da esfera privada, nomeadamente atribuindo a gestão da parte reembolsável dos fundos europeus a uma nova instituição financeira pública e reservando a utilização de subsídios a fundo perdido a situações excecionais ou com baixas taxas de apoio;

estabelecimento de regras claras de contratualização, que visem responder aos principais desafios do desenvolvimento territorial em espaços sub-regionais, no quadro das prioridades nacionais definidas;

Instrumentos financeiros/ajudas reembolsáveis



INICIATIVA JESSICA

Reabilitação e regeneração urbana, incluindo regeneração de equipamentos e infraestruturas urbanas;

- Eficiência energética e energias renováveis;
- Revitalização da economia urbana, especialmente PME e empresas inovadoras;
- Disseminação das tecnologias de informação e da comunicação em áreas urbanas, incluindo redes de banda larga e sem fios.

Instrumentos financeiros/ajudas reembolsáveis

INICIATIVA JESSICA



| FDU | Programas Operacionais Regionais | FEDER |
|--------------|---|---------------|
| BPI | PO Norte | 30 |
| | PO Alentejo | 10 |
| | Total | 40 |
| CGD | PO Norte | 15 |
| | PO Centro | 28,8 |
| | PO Alentejo | 6.2 |
| Total | 50 | |
| TdP | PO Lisboa | 5 |
| | PO Algarve | 5 |
| | Total | 10 |
| TOTAL | | 100 M€ |

Instrumentos financeiros/ajudas reembolsáveis

EMPRÉSTIMO QUADRO DO BEI



Financiamento da contrapartida nacional
a projectos QREN

Beneficiários

Administração
Central, Regional
e Local

Instituições de
ensino superior e
centros de I&D

Sectores empresariais
do Estado, Regional e
Autárquico

Empresas
concessionárias
de serviço
público

Pessoas colectivas
de direito privado
sem fins lucrativos

condicionalidade dos apoios à criação de novos equipamentos ou infraestruturas à existência de instrumentos de planeamento, que permitam aferir, para além da sua sustentabilidade financeira, a cobertura do serviço no território nacional;

gestão sólida e eficiente dos instrumentos estruturais, assente em estruturas adequadas, eficazes e transparentes que impliquem todas as administrações em causa e que assegurem a seleção de operações de elevada qualidade e a sua execução efetiva, a fim de atingir os objetivos que aquelas prosseguem.

Racionalidade Económica



subordinação de qualquer decisão de apoio dos fundos à aferição rigorosa da sua mais-valia económica, social e ambiental

Concentração



número limitado de domínios temáticos para maximizar o seu impacto nas dimensões económica, social, ambiental e territorial

Disciplina Financeira



subordinação das decisões de apoio dos fundos no que respeita a projetos públicos à aferição do impacto presente e futuro nas contas públicas e à coerência entre a programação dos fundos comunitários e a programação orçamental plurianual nacional

Integração Orçamental



integração plena dos fluxos financeiros comunitários no orçamento do Estado

Segregação das funções e prevenção de conflitos de interesse



subordinação do modelo de gestão dos fundos ao primado da separação rigorosa de funções de análise e decisão, pagamento, certificação e de auditoria e controlo

transparência e prestação de contas



aplicação à gestão dos fundos comunitários de boas práticas de informação pública dos apoios concedidos e da avaliação dos resultados obtidos

TRÊS CATEGORIAS DE REGIÕES

- Regiões menos desenvolvidas (PIB per capita < 75% média UE)

NORTE, CENTRO, ALENTEJO e AÇORES

- Regiões em transição (PIB per capita entre 75% e 90%)

ALGARVE

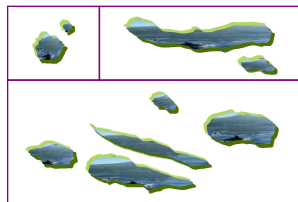
- Regiões mais desenvolvidas (PIB per capita > 90%)

LISBOA e MADEIRA

A nova categoria de regiões em transição substitui as regiões em apoio transitório (phasing-out e phasing-in)



R. A. Açores






R. A. Madeira

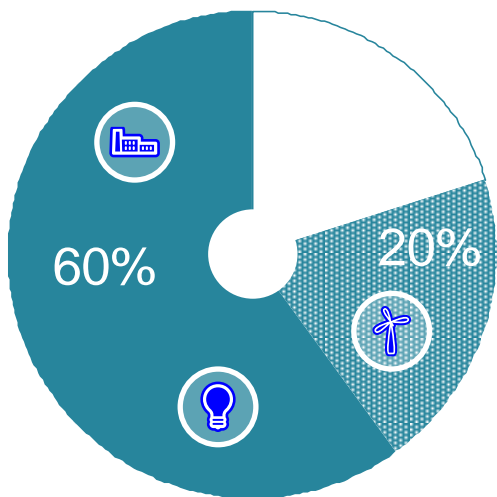


0 50km

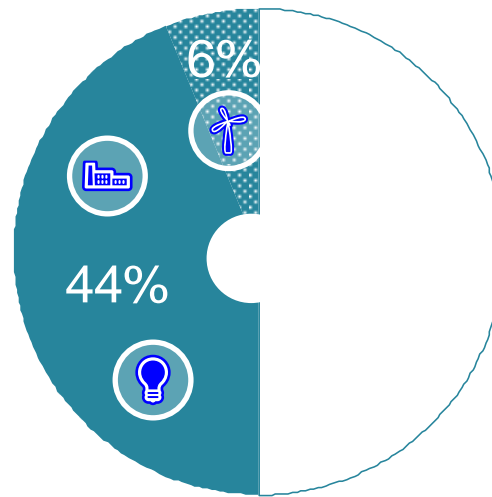
Visão global para o próximo período de programação

Concentração de investimentos o caso do FEDER

 Eficiência energética e energias renováveis
  Investigação e inovação
  Competitividade das PME



Regiões mais desenvolvidas ou em transição



Regiões menos desenvolvidas

Política de Coesão 2014-2020

Âmbito de Intervenção FEDER

O FEDER apoia:

- o investimento produtivo para ajudas diretas às PME
- o investimento produtivo em I&DT&I e na economia de baixo carbono, independentemente da dimensão da empresa
- o investimento na prestação das infraestruturas necessárias para prestar serviços básicos aos cidadãos, nas áreas da energia, do ambiente, dos transportes e das tecnologias da informação e da comunicação
- o investimento em infraestruturas económicas, sociais, de saúde, de investigação, de inovação e de ensino;
- o investimento no desenvolvimento do potencial endógeno
- a criação de redes, a cooperação, reforço de capacidades, estudos, ações preparatórias e intercâmbio de experiências

O FEDER não apoia:

- desativação de centrais nucleares
- investimento para alcançar a redução das emissões dos gases com efeito de estufa a partir de certas atividades
- a produção, transformação e comercialização do tabaco e dos produtos do tabaco
- as empresas em dificuldade, na aceção das regras da União sobre os auxílios estatais

- ➔ Cada operação pode receber apoio de um ou mais fundos e de outros instrumentos da União, desde que não haja duplo financiamento
- ➔ Operações concluídas fisicamente não são selecionadas para apoio
- ➔ Possibilidade de parte das despesas não serem realizadas dentro da área geográfica de intervenção dos programas (15% no caso do FEDER)
- ➔ Durabilidade mínima das operações 5 anos poderá ser reduzida para 3 anos no caso de PME
- ➔ Apenas as **despesas incorridas e pagas** após 1 de Janeiro de 2014 são elegíveis

Modalidades de Apoio Previstas

- Reembolso de custos elegíveis
- Tabelas normalizadas de custos unitários
- Montantes fixos até 100 000€
- Taxa fixa por tipologia de custos



Novas tendências

- Reforço da utilização dos custos simplificados
- Alargamento das opções de determinação dos custos indiretos

Desenvolvimento Local promovido pelas Comunidades (DLPC)

- Estratégias de desenvolvimento local (com plano de ação) concebidas e implementadas com forte envolvimento da comunidade (lógica bottom-up) – por princípio um território/uma estratégia
- Focalizado em territórios sub-regionais, em regra para territórios entre 10 mil e 150 mil habitantes
 - Assente em estratégias integradas e multisectoriais
- Dirigido por grupos de ação local compostos por representantes do sector público e privado numa base em que nenhuma das partes tenha mais de 49% dos direitos de voto
 - Responde a necessidades e potencialidades locais, assenta em ações inovadoras no contexto local, funciona em rede e, sempre que apropriado, promove a cooperação

Desenvolvimento Local promovido pelas Comunidades (DLPC)

- Podem mobilizar vários eixos e PO (mínimo 5% do FEADER);
 - EM definem critérios de seleção destas iniciativas, que cabe a um comité designado para o efeito pela(s) AG (primeira fase de seleção até 2 anos após AP e última até 2017);
- São elegíveis custos de preparação e de implementação, incluindo atividades de preparação e cooperação dos GAL e custos de funcionamento e de atividades de animação (máximo 25%);
- Planos de ação conjunto - Operações promovidas por beneficiários públicos responsáveis pela sua implementação, com gestão e controlo exclusivamente baseado em resultados.

Investimento Territorial Integrado

- Estratégias de desenvolvimento territorial que requeiram uma abordagem integrada (por exemplo, estratégias de desenvolvimento urbano)
- Possibilidade de financiamento Multi-fundo (um ou vários eixos prioritários, de um ou mais PO)
 - Delegação de competências de gestão com geometria variável

Investimento Territorial Integrado

- Promovidas por organismos intermédios (incluindo governos locais e regionais, agências de desenvolvimento e ONG), através de delegação de competências numa escala muito variável;
 - Pode ser top-down e não exige parcerias de diversas entidades na sua implementação.
 - Ações inovadoras de desenvolvimento urbano
 - Plataforma de desenvolvimento urbano - rede de boas práticas
- Integra as cidades onde são promovidas ações de desenvolvimento urbano sustentável (ringfencing de 5% FEDER) e as que participam nas ações inovadoras de desenvolvimento urbano.

Apresentação e debate a decorrer em todas regiões sobre o Diagnóstico prospetivo e o Plano de Ação regional

NORTE 2020

O QUE É? SESSÃO DE LANÇAMENTO COMO PARTICIPAR?

Até 10 de maio - Reuniões com as Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitana do Porto

- 8 de abril | CIM do Douro
- 11 de abril – CIM do Tâmega e Sousa
- 16 de abril – CIM do Ave
- 17 de abril – CIM de Trás-os-Montes
- 18 de abril – CIM do Cávado
- 24 de abril – CIM do Alto Minho
- 10 de maio - Área Metropolitana do Porto

15 de abril | Reitoria da Universidade do Minho
Reunião com elementos do Conselho Regional do Norte

9 de abril | CCDR-N
Reunião com a Comissão Permanente do Conselho Regional do Norte

4 de abril | Alfândega do Porto
Lançamento da iniciativa NORTE 2020

14 de março | Fundação Cupertino de Miranda
Reunião do Conselho Regional do Norte

Siga-nos:
 Seguir Enviar

- > ÁREAS DE INTERESSE
- > DOCUMENTAÇÃO
- > NOTÍCIAS
- > AGENDA
- > CONTACTOS

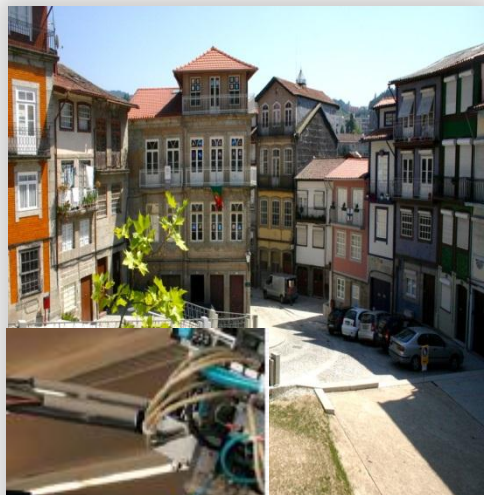
Sessão Pública

Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020

A Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo tem o prazer de convidar V. Exa. para o início dos trabalhos de preparação do Plano de Ação Regional de Lisboa, no âmbito do “Novo QREN”, a ter lugar na Fundação Calisto Tanzi em Lisboa, no próximo dia 28 de fevereiro, às 14h15.

Inscrição prévia obrigatória (limitada à capacidade disponível) através dos contactos: gap@ccdr-lvt.pt ou 213 84 10 00

Criar valor com os territórios



novos negocios
empreendedorismo local
criatividade
Industrialização
autoemprego
redes colaborativas
estratégias inteligentes



CLUSTER HABITAT SUSTENTÁVEL



PÓLO DA SAÚDE

Obrigada pela vossa atenção

www.ifdr.pt